ASSEMBLEIAMUNICIPAL

DE TRANCOSO

ATA n.º 7

QUADRIÉNIO DE 2021 - 2025

(Artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIAMUNICIPAL DE TRANCOSO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

--- Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: ----------

--- **Período de antes da ordem do dia.** ----------

--- **Ordem do dia:** ----------

--- **Ponto número um** – Análise, discussão e votação de proposta relativa à fixação do valor do seguro de acidentes pessoais, respeitante aos membros da Assembleia Municipal; ----------

--- **Ponto número dois –** Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; ----------

-- **Ponto número três** - Apreciação da informação do ROC sobre a situação económico financeira do Município respeitante ao 1º semestre de 2022;----------

--- **Ponto número quatro** - Análise, discussão e votação de proposta do Mapa de Pessoal do Município para 2023;----------

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação de proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2023;----------

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à assunção de compromissos plurianuais relacionados com a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos; ----------

--- **Ponto número sete** - Análise, discussão e votação relativas à aprovação de uma proposta destinada à extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa; ----------

--- **Ponto número oito** - Análise, discussão e votação de propostas relativas à atribuição de apoios financeiros, mediante celebração de protocolo, às seguintes entidades: Juntas de Freguesia de Castanheira, Cogula, Fiães, Granja, Guilheiro, Moimentinha, Moreira de Rei, Palhais, Póvoa do Concelho, Rio de Mel, Valdujo, Uniões de Freguesias de Freches e Torres, de Trancoso e Souto Maior, de Vale do Seixo e Vila Garcia, de Vila Franca das Naves e Feital e de Vilares e Carnicães. ----------

--- **Período de intervenção do público**. ----------

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo, substituída por Diogo José Morgado Rebelo, João José Baptista de Sousa, substituído por Maria Fernanda Covas Pires Ferreira Calais e Ana Francisca Torres Sarmento, substituída por Hugo David da Silva Neves, membros da Coligação, Sim é Possível. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas aos Senhores Presidentes de Junta da Castanheira, Vitor José Anacleto dos Santos e da Junta de Freguesia de Guilheiro, Maria Luísa Duarte da Fonseca Silva, substituída por Maria Teresa Ramos Silva. ----------

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, João José Martins Campos de Carvalho e António Cristóvão Ribeiro dos Santos. ----------

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura, mencionando que se encontrava ausente a Senhora secretária Cristina Sampaio e Melo, convidando para a substituir a Senhora deputada Sílvia Andreia Esteves do Nascimento Santos. De seguida fez referência à ata da última Assembleia Municipal, colocando-a à discussão. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando que não faz questão de objetar um ponto da sua intervenção, nomeadamente no que concerne à Adega Cooperativa Beira Serra, salientando que como proferido anteriormente, caso não exista nenhuma verba despendida, por parte do Município para a requalificação daquele espaço, ele próprio oferecerá, durante o 1º semestre do próximo ano, uma unidade de ar-condicionado, para que as pessoas que ali trabalham, possam ter condições dignas de trabalho. ------

--- Na ausência de quaisquer pedidos de correção, o Presidente da Mesa informou que iria colocar a ata à votação. Posta à votação foi a ata aprovada por maioria com quatro abstenções. Informou que se iria entrar no Período Antes da Ordem do Dia. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, como se transcreve: "Os sucessivos Governos do PS tiveram oportunidade de encetar um processo de desenvolvimento e de criação de riqueza. Reformas na Educação, na Saúde, na Justiça, na Administração Pública, nas Finanças/ Reforma Fiscal e em outros Setores da Sociedade Portuguesa. O Governo de Portugal prefere fazer uma governação, dia a dia, sem planeamento e sem visão de futuro. Desconhece o planeamento, ou não quer planear, e nem sequer se tem proposto atingir metas, nem objetivos, a curto e a médio prazo. Gere a Nação como barco à deriva, à bolina, sem rumo certo. Sem as Reformas atrás citadas, vamos continuar a assistir à saída de jovens Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico, Engenheiros, Professores e demais Quadros Superiores. O País fica sem massa cinzenta, mais empobrecido e cada vez com menos população. Não se têm adotado medidas para inverter este estado de coisas. Nos Hospitais e Centros de Saúde impera o caos, a confusão, a desordem, com os consequentes atrasos no atendimento, nos diagnósticos, nas intervenções cirúrgicas, enfim na degradação da Saúde dos Portugueses. Na Educação, pasme-se! Currículos pouco exigentes, facilitistas, pouco ambiciosos e com uma deficiente avaliação que não preparam, devidamente, os jovens para enfrentarem as realidades do futuro. Na Área Metropolitana de Lisboa, no Alentejo e no Algarve cerca de 110 000 alunos não têm aulas, pelo menos, a uma disciplina. Daqui a três anos, esse número prevê-se que aumente para 250 000 alunos. Até 2030, prevê-se a reforma de 50,00% dos atuais Professores. No âmbito da Justiça, torna-se imprescindível proceder a profundas ALTERAÇÕES para que os processos judiciais não se eternizem no tempo, em prejuízo dos arguidos. Pretende-se uma Justiça mais justa e mais célere. Na Administração Pública deveria haver coragem de distribuir os Funcionários Públicos, segundo critérios racionais. Se, efetivamente, estas Reformas tivessem tido lugar no tempo certo, teríamos agora, por conseguinte, todos os Concelhos de Norte a Sul, com uma grande mais-valia e um País mais enriquecido, mais equitativo, mais igualitário, mais democrático e menos Autocrático. Por último, critico a forma

atabalhoada como o Governo passou as competências para as Autarquias, sobretudo na Área da Educação. Reforçou sobremaneira os poderes dos Diretores dos Agrupamentos a quem se deveria exigir, no mínimo, um Curso de Administração e Gestão Escolar e não umas simples Ações de Formação. Portugal está quase na cauda da Europa e com as medidas adotadas por este Governo não passamos da cepa torta: Crescimento frágil, parte da classe média quase destruída e com os ordenados médios cada vez mais próximos do ordenado mínimo. Esta política destrutiva pode dar origem ao fecho de várias Empresas, ou à sua deslocação para outros Países, ficando a Nação cada vez mais empobrecida. Temos vivido de medidas avulsas e inócuas, sem qualquer impacto macroeconómico na criação da riqueza. Há necessidade de aliviar os impostos das Empresas, designadamente, o IRC e o IRS dos Portugueses. Recentemente, temos vivido de casos e casinhos, de compadrios, de amiguismos e de caciquismos, o que mancha a imagem do País, interna e externamente. A Oposição não guincha. Que nós saibamos guincham os Macacos. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, além de guincharem, também assobiam, charlam e cuincham. Num Regime Democrático Pluralista, devemos saber aceitar as críticas e as diferenças, mas responder com educação e dignidade. É isto que torna o debate político mais enriquecedor e mais democrático.” ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando um diploma respeitante à transferência de competências na área da saúde. Salientou que o Município de Figueira de Castelo Rodrigo reforçou o seu seguro de saúde como alternativa ao SNS (Serviço Nacional de Saúde), salientando que, há cerca de um mês, a ULS e os serviços de urgência de Trancoso estiveram dois dias encerrados por falta de médicos. Perguntou quais as medidas tomadas por este Município para resolver a este assunto. Mencionou os trabalhos realizados na linha de caminho de ferro em Vila Franca das Naves, questionando quais as diligências que haviam sido feitas com vista a beneficiar esta Vila e salvaguardar a passagem de nível pedestre. Alertou que em Vila Franca das Naves tem existido um problema constante de falta de caixotes do lixo e limpeza, interpelando o Executivo para alterar esta situação. Pediu informação quanto ao resultado das diversas, reuniões com os Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves. Mencionou, ainda, uma feira de turismo que decorreu em Valladolid, onde marcaram presença alguns concelhos vizinhos, perguntando ao Presidente da Câmara o que fez o Executivo para valorizar o Turismo de Trancoso. Terminou referindo a iluminação e promoção do Natal em Trancoso, salientando a redução de luzes, mas mantendo a aposta na tenda, sendo que é a mesma de há 8 anos e sem qualquer tipo de inovação, procurando tentar saber qual a estratégia deste Executivo. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, aludindo que esta sessão da Assembleia Municipal, mereceu uma convocatória, que foi recebida no dia 09 de dezembro, com data do dia 07 do mesmo mês, salientando que, de acordo com o Regimento, podem ser apresentadas propostas para deliberação até 5 dias uteis antes da realização da Assembleia, nomeadamente até dia 08, não tendo esta convocatória levado em conta essa possibilidade de apresentação de propostas. Perguntou se o Executivo tinham sido abordados pelo Instituto Politécnico da Guarda (IPG), no sentido de funcionar em Trancoso um Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP), com uma turma de 20 alunos. No caso de tal ter acontecido, perguntava as razões que impediram que tal ideia não tivesse ido avante. Recordou as obras de Moreira de

Rei, procurando saber o porquê de não se encontrarem concluídas e qual o prazo previsível da sua conclusão. Fazendo alusão às atas da Câmara, lembrou que em 2023 se iriam cumprir 750 anos da Feira de São Bartolomeu, perguntando o que é que o Executivo Municipal já tinha feito com vista a comemorar, de forma digna, este aniversário, sob pena de se perder, uma vez mais, uma boa oportunidade para promover o concelho com debates, conferências e colóquios ----------

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa referiu não entender em que medida não tinha sido cumprido o Regimento, recordando que a lei estabelece sessões ordinárias da Assembleia em meses fixos. Havendo interesse por parte dos membros da assembleia em que determinado assunto seja tratado, podem os mesmo fazer proposta nesse sentido, com o tempo de antecedência que entenderem. Terminou referindo que não considerava que o Regimento estivesse a ser infringido. ----------

--- Interveio o Presidente da junta de freguesia de Moreira de Rei, Américo Mendes, na qualidade de responsável pedagógico da Escola Profissional de Trancoso (EPT), esclarecendo que existia uma estrita colaboração entre o Instituto Politécnico da Guarda (IPG) e a EPT, não só nos cursos de especialização tecnológica, mas também a nível protocolar. Recordou ter havido, já em 2016, uma tentativa de abertura de um curso de especialização tecnológico em comercio internacional, não tendo existido candidatos. Continuou referindo que no presente ano letivo, 2022/2023, tinha sido proposta a abertura de um novo curso, na área de hotelaria e restauração, não existindo essa área na escola. Posteriormente, e já no final do mês de outubro, existiu a proposta de abertura de um curso na área de automação industrial, tendo, naquela data, os alunos já seguido outros caminhos. Salientou que se encontravam a trabalhar para que no próximo ano letivo essa realidade pudesse concretizar-se. Realçou que a colaboração da EPT com o IPG vai mais além, nomeadamente na partilha de projetos e professores, que se deslocam do IPG, para serem júris nas PAP. Existem visitas orientadas e programadas para os alunos visitarem a instituição de Ensino Superior, oficinas e laboratórios. Disse que a EPT tinha sido a única escola pertencente à CIMBSE que marcara presença na abertura do ano solene do IPG, tendo-se aproveitado o momento para estabelecer contactos, com vista à celebração de protocolos na área dos veículos elétricos e híbridos. Terminou enfatizando a estreita colaboração com o IPG que constituía um incentivo para os alunos prosseguirem o Ensino Superior.

--- Interveio o membro da assembleia, José Clemente, pondo em questão o que o deputado João Rafael havia afirmado sobre as atividades da Magia de Natal, muito em particular quando dizia não ter existido qualquer alteração, sendo uma repetição das edições anteriores. Afirmou que o deputado não deveria ter visitado a tenda nos anos anteriores, evidenciando que o espaço tenda era um espaço de Natal destinado às crianças, tendo sido completamente renovado com a garantia de usufruto por parte daquelas, mesmo com condições climatéricas adversas. Salientou que o espaço estava montado no Centro Histórico de Trancoso de modo a dinamizar o comércio tradicional. Após o Natal o espaço seria transformado para o evento, que também não existia anteriormente, o Fim-de-Ano de Rua – Atreve-te! levando muitas centenas de pessoas a participarem nesse evento. Terminou deixando o convite para visitarem o espaço que, disse, valer a pena. ----------

--- No uso da palavra o Presidente de Câmara desejou a todos uma Boas Festas e um Santo e Feliz Natal,

com muita paz, saúde e alegria e um Ano Novo cheio das maiores felicidades. Relativamente as intervenções, disse concordar com o proferido pelo deputado Mário Gonçalves, salientando que a política tem de fazer-se com elevação, nível, ética e postura, nunca esquecendo que, em relação à política nacional, os tempos têm sido difíceis, com a pandemia, a guerra e a inflação, não podendo resolver-se tudo ao mesmo tempo. Quanto à questão da transferência de competências para a Educação tem corrido bem, existindo, no próximo ano, mais responsabilidades por parte da Câmara. Respondeu ao deputado João Rafael Figueiredo, sobre as questões na área da saúde, salientando que o Município não irá receber qualquer competência na área da saúde. Manifestou a sua preocupação em relação ao encerramento do Centro de Saúde quando não existe SAP, tendo sido alertados os responsáveis para encetem diligências no sentido de tal situação não voltar a repetir-se. Referiu uma reunião e visita às obras de requalificação da linha da Beira Alta que, do seu ponto de vista, se encontram bastante atrasadas, sem uma data provável de conclusão, dando, assim, azo a que a passagem de nível em Vila Franca das Naves se encontre também atrasada. Relativamente à recolha de resíduos sólidos urbanos, afirmou que a empresa Resur - Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda., estava a fazer bem a recolha, e em contacto com os serviços municipais de modo a colmatar as dificuldades com a limpeza e colocação de contentores. Referiu as reuniões de trabalho com os Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves, onde foram debatidos vários assuntos, nomeadamente o aniversário, algumas condecorações e as EIP's. Mencionou a promoção de Trancoso e os seus produtos, nas feiras nacionais e internacionais, referindo não terem estado na Feira de Valladolid, mas que, no próximo ano, iriam estar presentes na BTL, FIT entre outras, sem esquecer a Feira de São Bartolomeu, de modo a promover o concelho, os produtos endógenos e as coisas boas de Trancoso. Informou que a iluminação de Natal tinha sido executada com os meios da Câmara Municipal, por forma a reduzir custos. Mencionou o espaço Magia de Natal como motivo de orgulho, destacando-o um espaço agradável e multifuncional que atrai mais pessoas ao Centro Histórico, com mercados de Natal, insufláveis, Chegada do Pai Natal, alguns concertos e o Fim de Ano na Rua, sendo, desse modo, muito importante para a dinamização da economia local. Respondeu às questões do deputado João Caramelo, acerca dos cursos superiores do IPG. Referiu que o assunto foi abordado no Executivo por forma a que se possa vir a dispor desses cursos em Trancoso, sendo, contudo, necessário garantir alojamento aos alunos que os venham a frequentar. Mencionou não ter palavras no que refere aos trabalhos em Moreira de Rei que continuam com enorme atraso, tendo as condições climatéricas agravado, ainda mais, a conclusão dos trabalhos. Disse ser expectável que no início da primavera os trabalhos de arqueologia estejam concluídos definitivamente, de modo a que, no verão, os turistas possam visitar Moreira de Rei. Realçou a questão da Feira de São Bartolomeu, tendo a Câmara Municipal já feito convites e contactos para a criação de uma Comissão de Honra, Comissão Consultiva e uma Comissão Executiva, de modo a promover, divulgar e afirmar a Feira de São Bartolomeu, como a mais antiga feira franca do país. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto um** da ordem do dia. ----------

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que todos os deputados têm direito a um seguro de acidentes pessoais, seguro esse que, disse, sempre esteve em vigor, mas que, por lapso, nunca tinha vindo

à apreciação da Assembleia Municipal. Porém, tal apreciação decorria da lei, pelo que vinha, naquele dia, à sessão da Assembleia para ser discutido e apreciado. Para esse fim abriu inscrições. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, referindo que, no seu entendimento, a proposta fora apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal. Referiu que a cobertura do risco dos membros da Assembleia será quando exercem funções na assembleia, mencionando as condições gerais e especiais: "Roturas e/distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões; Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortoses; Acidentes verificados em pessoas de mais de 70 anos; Despesas de transportes que se adequem à natureza da lesão.", salientando que estas condições já acontecem num acidente pessoal normal, solicitando esclarecimento. ----------

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa, informou que não saberia explicar, uma vez que a proposta apresentada era um modelo tipo apresentado pela Seguradora, não tendo sido efetuada qualquer alteração. De seguida colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem do dia. ----------

--- No uso da palavra o Presidente do Município, informou que o ano 2022 tinha sido um ano difícil com condições climatéricas adversas, de seca severa até setembro, e um outono extremamente chuvoso, dificultando a execução de trabalhos dos serviços externos. No entanto, a atividade municipal tinha decorrido com alguma normalidade, tendo os serviços externos correspondido na limpeza das folhas e espaços verdes e colaborado com as juntas de freguesia na manutenção de alguns caminhos e estradas municipais. Estiveram, também, aqueles serviços na preparação da Feira da Castanha e da iluminação de Natal. Referiu as obras em execução que continuam a decorrer, concretamente no antigo edifício da GNR, incubadora de empresas, turismo acessível de modo a facilitar a mobilidade reduzida, centro de convívio das Carigas e a remodelação da ETAR de Vila Franca das Naves. Relativamente a projetos, salientou o edifício dos Paços do Concelho, cujo que concurso está a decorrer, existindo já alternativas para funcionamento dos serviços, uma vez que se torna necessários esvaziar o edifício para ser requalificado com a brevidade possível. De entre diversos eventos, destacou a Feira da Castanha e Paladares de Outono 2022, referindo ter estado presente na maioria deles, não só nos promovidos pelo Município, mas também nos promovidos pelas associações e pelos concelhos vizinhos. Relativamente à execução do Orçamento, e tendo como referência de análise o dia 12 de dezembro, informou que o valor da receita líquida cobrada ascendia a 14.610.902,46€ (catorze milhões, seiscentos e dez mil, novecentos e dois euros e quarenta e seis cêntimos), o que correspondia a uma execução de 68,76 %. Quanto à despesa paga até à mesma data, o valor ascendia a 10.812.048,48€ (dez milhões, oitocentos e doze mil, quarenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos), o correspondendo a uma taxa de execução de 49,91%. Mencionou o acordo entre o Município de Trancoso, a PACETEG e os seus Acionistas e a Caixa Geral de Depósitos, no âmbito da parceria público-privada. Na reunião de 03 de dezembro de 2021, a Câmara Municipal tinha aprovado a proposta apresentada, e decidido submeter o acordo constante da mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Trancoso e à fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Por sua vez, na sua reunião de 10 de dezembro de 2021, a Assembleia Municipal tinha deliberado aprovar o ponto número oito da ordem de trabalhos: "Análise,

discussão e votação da proposta de acordo, entre o Município de Trancoso, a Paceteg, S.A. e seus acionistas, e a Caixa Geral de Depósitos S.A., tendo por objetivo terminar os litígios judiciais pendentes entre as partes, transferir a plena propriedade dos equipamentos municipais (Campo da Feira, Central de Camionagem e Centro Cultural de Vila Franca das Naves) para a autarquia e dissolver a Paceteg, S.A.". Entretanto, não foi possível assinar os acordos e submeter os mesmos a visto do Tribunal de Contas, durante o ano de 2021, devido a novas questões colocadas pela Caixa Geral de Depósitos e a alterações do quadro legal, tendo como consequência a que, a partir de 2022, o acordo deixasse de cumprir com os limites de endividamento exigíveis. O Município aguardou até julho de 2022 pela renovação do regime de exceção previsto, no OGE (Orçamento Geral do Estado) para 2022. Tal, porém, não veio a suceder e a expectativa de renovação do regime de exceção veio a gorar-se à luz do OGE para o ano de 2023, aprovado no passado dia 25 de novembro na Assembleia da República. Em conformidade, propôs-se a revogação da deliberação da Câmara Municipal de 3 de dezembro de 2021 relativa à aprovação do acordo entre o Município de Trancoso, a Paceteg, S.A. e seus acionistas, e a Caixa Geral de Depósitos S.A., no âmbito da parceria público-privada. Perspetivando-se uma nova solução ao abrigo do artigo 131° do Orçamento de Estado para 2023, manteve-se a Câmara Municipal decidida em terminar os litígios judiciais relacionados com a parceria público-privada, em transferir a plena propriedade dos equipamentos para o Município, em dissolver a Paceteg, S.A., e conseguir uma poupança de mais de 18.000.000,00€ (dezoito milhões de euros), relativamente aos contratos de arrendamento aprovados na reunião camarária de 05/11/2009. A Câmara Municipal, com grande espírito de otimismo, continua a manter a expectativa de resolução definitiva deste assunto relacionado com a PPP, durante o decorrer do próximo ano, 2023. ----------

--- Pediu a palavra o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, a solicitar esclarecimentos sobre a execução orçamental do ano de 2022. Assim afirmou que com a ultima revisão orçamental eram removidas verbas do orçamento destinadas a obras, faltando, desse modo, o Senhor Presidente da Câmara ao cumprimento das promessas que havia feito a todos os deputados, a todos os vereadores, aos presidente de junta e aos munícipes, dando o dito por não dito e não executando as obras que prometera.----------

--- Em resposta o Presidente do Município, esclareceu que existia um Plano de Atividades e Orçamento para cumprir, procurando o executivo cumpri-lo ao máximo. No entanto, acontecem frequentemente imprevistos que acabam por comprometer a execução do projetado. Quando isso acontece, e por não ser possível executar obras previstas por imponderáveis impossíveis de prever, removiam-se as verbas destinadas a tais obras na última revisão orçamental. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, referindo não ter ficado esclarecido, questionando se tudo o que está previsto no Orçamento de 2023 era ou não para cumprir até ao final do ano. ----------

--- O Presidente do Município, respondeu que o orçamento para 2023, salvo motivos imprevistos era para cumprir escrupulosamente. ----------

--- Interveio o Presidente da junta de freguesia de Reboleiro, José Nascimento, parabenizando o Presidente da Mesa da Assembleia pela elaboração e publicação do seu livro, mencionando não ter tido conhecimento

do seu lançamento. Mencionou a atividade do Senhor Presidente da Câmara, revelando a dedicação que presta ao concelho e à sociedade, destacando as seguintes reuniões: com a direção distrital da ANAFRE, no dia 15 de novembro; com a Junta do Reboleiro e, no dia 17 de novembro, a reunião mais alargada com a Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM), sobre os locais de exploração de urânio. Mencionou a sessão de esclarecimento, no Reboleiro, com o Eng. Carlos Martins, na qual foram colocadas muitas questões, tendo havido o compromisso de entrega dos terrenos completamente descontaminados com claros benefícios para a população do Reboleiro. Mencionou o projeto do Polo Empresarial da Ribeirinha, solicitando que haja uma intervenção mais precoce, uma vez que havia, ainda, pessoas interessadas em construir na referida zona, tendo em conta que os terrenos estão aptos e foram todos comprados e registados em nome da Câmara, questionando para quando uma intervenção, uma vez que o PDM já havia sido aprovado há dois anos. Referiu o alargamento da ponte e zona da ribeira, solicitando ao Executivo a sua intervenção com vista a que os técnicos apresentem o projeto o mais breve possível. Expôs que no dia 4 de dezembro se dirigiu ao Centro de Saúde de Trancoso – Urgências, encontrando-se fechado. Terminou deixando um elogio aos serviços de veterinária pela prontidão e forma exemplar na resolução de duas situações, tendo havido da parte do Senhor Veterinário Doutor Mendes uma grande vontade em resolver o problema. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Hugo Neves, mencionando o Polo Escolar da Ribeirinha, obra inaugurada há 4 anos, que é frequentada por cerca de 18 alunos, espaço que, até ao momento, não se encontra em pleno funcionamento, sem condições dignas para alunos dos 3 aos 10 anos, professores e funcionários, onde não existe um pequeno equipamento de diversões, como um escorrega ou baloiço, umas balizas ou cestos de basquetebol, um espaço de sombras e equipamentos para atividades, condições básicas para o bom funcionamento da recente escola. Salientou que o sistema de aquecimento não se encontra a funcionar e, passados três meses do início do ano escolar, as crianças continuam a passar frio, sem condições que permitam conforto e bem-estar. Referiu que a campainha da entrada continua sem funcionar e questionou o Senhor Presidente da Câmara para quando está prevista a reparação do equipamento de ar condicionado. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo manifestando preocupação com a explanação da atividade municipal, concretamente no que concerne à expressão utilizada que se cita: "que se encontra aqui para trabalhar até ao fim" como se fosse possível esperar outra coisa. Mencionou que ficou ainda mais preocupado quando foi referido "que alguns Presidentes da Câmara, dizem ao Presidente, a dois anos do fim do mandato, não se meta na resolução desse problema". Disse ter ficado satisfeito ao ouvir o Senhor Presidente falar sobre taxas de execução, anuindo que a 10 de dezembro de 2021, a taxa de execução de receita era de 67,61% e a taxa de execução da despesa era de 47,47%, tendo nessa sessão da Assembleia chamado a atenção do Presidente da Câmara para o significado das taxas de execução. Em sua opinião significava "que ou não se soube arrecadar a receita nem realizar a despesa ou, então, fez-se um Orçamento de tal forma inflacionado que quando se chega ao fim do ano económico não se arrecadou a receita prevista nem se realizou a despesa proposta". Recordou que, há um ano atrás se justificaram as baixas taxas de

execução com a pandemia que gerou atraso das obras e com as preocupações de natureza social. Um ano depois a taxa de execução da receita é 68,73%, embora existam ainda ordens para pagar até ao final do ano e possam vir a ser dadas ordens para pagar. Porém é de opinião que as ordens de pagamento devem ser dadas ao longo do ano. A taxa de execução da despesa é de 49,91%, verificando-se, assim, o mesmo dilema, ou os Orçamentos são irrealistas, prevendo mais receita e propõem gastar mais despesa ou a administração parece não conseguir dar conta disso mesmo, com a agravante de já não existir pandemia. Trouxe a seguir o problema da PACETEG, referindo que esta Assembleia em 10/12/2021, não levantou qualquer obstáculo, tendo votado unanimemente a proposta apresentada pela Câmara. Em junho de 2022, questionado sobre o assunto, o Senhor Presidente respondeu que não existia Governo nem Orçamento, tendo havido necessidade de aguardar pelo Orçamento de 2022, a fim de verificar se existia enquadramento. Referiu que a disposição normativa na qual o Município de Trancoso entendeu encontrar uma solução, era a Lei n.º 35/2020 de 20 de agosto, existindo, desde agosto de 2020, enquadramento normativo para a solução apresentada a 10/12/2021. Ora dispondo a Lei que os entraves que impossibilitariam esse acordo estariam suspensos para os anos económicos de 2020 e 2021 e tendo a Câmara Municipal, apenas em agosto de 2021 tratado do assunto, esteve um ano sem aproveitar esta benesse legislativa. A deliberação de Executivo Camarário é de 03/12/2021, decorridos mais quatro meses, dando origem a gastos com aconselhamentos e estudos. A forma como a Câmara abordou este assunto redundou numa inércia que durou mais de 12 meses, sem que tenha sido levantado qualquer obstáculo a esta solução. Deste modo, eram agora confrontados perante possibilidade de resolução com base no art.º 131 da Lei do Orçamento para 2023, havendo, para tal a necessidade de a Câmara comprar as participações dos outros parceiros na PACETEG, contraindo um empréstimo, situação semelhante à de oito anos atrás. Alertou o senhor Presidente de Câmara afirmando que a racionalidade da gestão justifica que, às vezes, haja uma maior proatividade e uma maior diligência na resolução de casos como este. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, corrigindo duas afirmações proferidas pelo deputado João Caramelo. A primeira era que a solução que constava do OE (Orçamento de Estado) para 2023, passaria pelo Município comprar as participações sociais da PACETEG, contraindo um empréstimo. Esta afirmação que não era verdadeira, adiantando que a compra seria feita pela quantia simbólica de um euro e, depois da compra, a Câmara Municipal teria de renegociar a dívida que a PACETEG tinha perante a CGD, para os montantes de 7.500.000,00€ (sete milhões e quinhentos mil euros). ----------

--- Referindo-se à outra afirmação proferida pelo deputado João Caramelo, acerca da solução adiantada pelo Executivo e pelo OE, questionou o deputado, sobre qual foi a deliberação da Câmara ou Assembleia Municipal em que se baseia para efetuar a afirmação. Lembrou que durante catorze anos o PSD ou a Coligação, nunca contribuíram com ideias para a solução da PPP, muito pelo contrário. Analisando a declaração de voto dos vereadores da coligação "Sim é Possível", convenceu-se plenamente de que a Coligação não está preparada para liderar os destinos do Município pois, se não são capazes de compreender o problema, como é que vão encontrar uma solução(?). Referiu que foi mostrada a declaração de voto à mandatária que colabora com o Município nesta questão e esta referiu que "esta gente não está a

ver bem o filme", não percebem nada disto. O deputado João Paulo Matias, esclareceu que como Presidente da PACETEG e como proferido pelo Senhor Presidente de Câmara, houve uma alteração depois da deliberação da Assembleia Municipal, no dia 10/12/2021. Esta alteração fundamentou-se na mudança de posição da CGD. Considerando que se existe um acordo entre CGD, PACETEG, Município e TEGEC esse acordo tem de ser assinado. Contudo, se existir uma parte que não o queira assinar, evidentemente que por mais deliberações que existam por parte da Câmara e Assembleia Municipal, o mesmo não pode avançar. Após várias reuniões só em dezembro se conseguiu chegar a consenso com todas as partes estando a Câmara Municipal disponível para encontrar soluções e sendo esta solução do OE de 2023, uma melhor solução que a anterior, já que a anterior resulta da liberdade contratual das partes, não existindo uma previsão especifica para a resolução do problema. A atual solução é uma solução plasmada pelo legislador especificamente para resolver este problema. Ainda assim, e porque a situação da PPP em Trancoso tem as suas especificidades legais, criminais e do valor das obras, nada garante que esta nova solução, após aprovação em Assembleia Municipal e prevista pelo OE, não possa ser chumbada no Tribunal de Contas. -

--- Interveio o membro da Assembleia, João Caramelo, para dizer que se encontra nesta Assembleia como deputado municipal e não como representante de uma formação partidária. As questões devem ser tratadas com o mínimo de elevação e sem que haja qualquer enviesamento partidário relativamente aos assuntos tratados. Referiu que não cabe, no âmbito da sua atuação nesta Assembleia Municipal, fazer críticas aos partidos, não admitindo que de alguma maneira seja colocado nesse lugar. Lamentou os termos crus com que as questões são abordadas não havendo na vida maniqueísmo, ou seja, os iluminados não estão todos de um lado e os não iluminados não estão todos do outro. Rejeita em absoluto, a afirmação que uma mandatária tenha dito "que não percebem nada disto", pois percebem tanto como outros licenciados que tenham obtido autorização para trabalhar o assunto, podendo a opinião expressa ser ou não, aceite por quem vai decidir. Lamenta que o argumento vindo como argumento definitivo, tenha servido para dizer que existem determinadas pessoas que não perceberam nada disto. As pessoas perceberam o que tiverem de perceber, atuam da maneira que tiverem de atuar. De acordo com o proferido, até atuaram previdentemente na medida em que a deliberação tomada não permitiu à Câmara Municipal alterar uma solução que estava já aceite e determinada. Terminou dizendo que as coisas devem ser colocadas e discutidas nestes termos e local, com juízos de natureza política e não partidária. ----------

--- Interveio o membro da Assembleia, João Paulo Matias, para dizer que está nesta Assembleia Municipal como eleito pelo PS (Partido Socialista). Sendo esta Assembleia Municipal uma entidade de natureza política, considera o debate aqui proferido como político sendo verdade que não segue recomendações do PS, mas, que quando efetua intervenções também fala em nome do PS. ----------

--- No uso da palavra o Presidente do Município, agradeceu ao Presidente da junta de freguesia do Reboleiro, José Nascimento, as palavras tecidas em relação à receção da ANAFRE, tendo sido demonstrada a forma como Trancoso gosta de receber. Relativamente à questão da EDM, disse que já foram efetuadas várias reuniões, dadas explicações e apresentações públicas com o Senhor Presidente da EDM, empresa pública, responsável pelo investimento de três milhões e quatrocentos mil euros que se irá realizar no espaço de um

ano em Trancoso, para requalificação e remodelação ambiental dos espaços nas diversas freguesias. Disse que o Polo da Ribeirinha é muito importante, como polo empresarial, e que permitirá fixar empresas. Existem, ainda, alguns problemas com terrenos, mas que se resolverão, de modo a que o Polo Industrial da Ribeirinha seja uma realidade a curto prazo por forma a atrair investimentos e fixar pessoas. Relativamente ao alargamento da Rua da Ribeira e da ponte, poderão existir condicionantes a nível ambiental uma vez que interferem com cursos de água. É intenção do Executivo avançar com o projeto o mais breve possível. O Presidente Acatou com alegria os elogios aos serviços veterinários e, seguidamente, respondeu ao deputado Hugo Neves, a propósito do Centro Escolar da Ribeirinha, que está ciente de algumas falhas, mas que já se encontra contemplado em Orçamento a beneficiação do recreio desse centro escolar. Sobre o aquecimento das instalações, esclareceu que foi procurada uma solução tendo já sido encetadas diligências para resolver o problema o mais breve possível. Respondendo ao deputado João Caramelo, referiu que o Orçamento comtempla, nos compromissos já assumidos, o montante de 16.000.000,00€ (dezasseis milhões), sendo superior ao valor da despesa paga. Há o compromisso de a contabilidade efetuar o maior número possível de pagamentos, em certos casos com algum atraso, devido às dificuldades que as empresas tiveram com materiais e mão de obra, levando a um atraso nas obras e, portanto, em todo o processo. Quanto à PPP, disse que é um problema complexo que se arrasta desde 2010, não tendo sido possível a sua resolução nos anos precedentes por a Câmara Municipal se encontrar no limite de endividamento e pela falta de suporte legal. Era necessário existir acordo com a CGD e a MRG, tendo sido intentadas várias ações por ambas as partes contra o Município e a PACETEG. Só em 2021 se verificou alguma abertura por parte da CGD e MRG a fim de serem possíveis negociações que, contudo, se revestiram de carácter difícil. Terminou salientando que a Câmara se encontra disponível para resolver o assunto da PPP o mais rápido possível. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três**. ----------

--- Usando da palavra o Presidente do Município, informou que os documentos de prestação de contas relativos ao primeiro semestre de 2022, se encontram acompanhados do parecer do revisor oficial de contas. Da análise desses documentos verificou-se em 30/06/2022, um resultado líquido positivo do exercício de 145.430,00€ (cento e quarenta e cindo mil, quatrocentos e trinta euros), verificando-se uma evolução favorável da situação financeira do Município. A dívida foi reduzida comparativamente ao mesmo período do ano anterior, em 318.826,00€ (trezentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e seis euros), verificando-se fundos disponíveis positivos de 2.203.179,00€ (dois milhões, duzentos e três mil, cento e setenta e nove euros), e sendo o prazo médio de pagamentos a fornecedores de 24 dias. Verificou-se um aumento com os gastos com o pessoal, devido aos compromissos assumidos com a transferência de competências na área da educação. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro**. ----------

--- No uso da palavra, o Presidente do Município, informou que o quadro de pessoal tem reduzido de forma significativa uma vez que muitos funcionários se aposentaram e outros solicitaram mobilidade de serviço. É expectável que até ao final de 2025, se aposentem mais de vinte e nove funcionários. No mapa de pessoal para 2023 estão contemplados mais 68 funcionários, pessoal não docente vindo do AET (Agrupamento de

Escolas de Trancoso). Referiu que aos 272 funcionários que constam no mapa de pessoal, se forem retirados os 68 do AET irá ficar-se com um mapa de pessoal muito semelhante ao do ano anterior. Disse que o quadro de pessoal proposto é adequado às necessidades do Município, garantido a funcionalidade dos serviços. Estão previstas cinco novas ocupações de lugares na categoria de técnicos superiores, dois no gabinete de comunicação, um no gabinete de informática, um no setor da educação e um no setor das obras. ----------

--- Colocado o ponto à votação pelo Presidente da Mesa, o mesmo foi aprovado por unanimidade. ----------

--- O presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco.** ----------

--- Usando a palavra o Presidente do Município, informou que o Orçamento para 2023 é elaborado num contexto complicado devido à guerra, à inflação e crise energética, entre outros fatores. Este Orçamento procura dar resposta às necessidades das famílias e empresas. É um Orçamento com a marca do rigor, da responsabilidade e contenção, sendo um Orçamento de continuidade, mas, também, de progresso. Procura seguir aquilo a que se propuseram como, continuar a honrar os compromissos assumidos, resolver o problema da PPP, atender as preocupações com as questões socias e continuar a fazer obras essenciais. O Orçamento assenta em três pilares: o do Bem-Estar Social, que engloba ação social, saúde, educação, ambiente, desporto, habitação e transportes. O pilar da Economia que engloba o turismo, o empreendedorismo, o comércio, a agricultura, a pecuária, a digitalização e equilíbrio financeiro, e, o pilar da Cultura que engloba eventos, criações artísticas, associativismo e património. É um Orçamento com ambição, que pretende abranger todo o concelho, assentando num valor global em termos de receita e de despesa de 18.169.689,00€ (dezoito milhões, cento e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e nove euros), sendo a receita corrente de 14.684.964,00€ (catorze milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro euros) e a despesa corrente 12.635.739,00€ (doze milhões, seiscentos e trinta e cinco euros, setecentos e trinta e nove euros), superando a receita corrente em 2.049.225,00€ (dois milhões, quarenta e nove mil, duzentos e vinte e cinco euros). É um Orçamento superior ao do ano anterior em cerca de um milhão e quinhentos mil euros resultante da transferência de competências na área da Educação. Caso não sejam contraídos mais empréstimos bancários, os empréstimos existentes no final de 2023 serão de 2.872.497,37€ (dois milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete euros e trinta e sete cêntimos). ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, questionando o Executivo, sobre a ausência de verba inscrita no Orçamento, para o saneamento da Rua dos Moinhos em Vila Franca das Naves. Solicitou esclarecimento sobre a Zona Industrial 2, inscrita nas GOP, pensando que a zona 2 será na Velosa e a zona 1 na parte norte da vila, junto à Lacticôa. Questionou se os terrenos para o efeito, já foram adquiridos ou em que fase se encontra o processo. Relativamente às verbas inscritas para ligação à rede integrada de solução de águas da Barragem da Teja, disse que há necessidade de substituir as redes domésticas pois encontram-se deterioradas e envelhecidas nas localidades de Torres, Frechão e Alcudra. Referiu que no Orçamento se encontra inscrita verba para a requalificação de algumas escolas primárias do concelho. Questiona qual o destino que irá ser dado a essas escolas. Referiu-se, ainda, a uma verba conjuntural, de cerca de setenta e cinco mil euros, afeta à requalificação de três estabelecimentos de ensino, no concelho, questionando se já

começou a ser feito o plano dos espaços e para quando se prevê a data do concurso público. ----------

--- Interveio o presidente de junta de freguesia de Rio de Mel, António Pires, questionando sobre a ETAR de Rio de Mel. Perguntou se será em 2023 que esta ETAR irá avançar, pois já integra o Orçamento há vários anos. Disse ser uma obra de extrema importância e caso não seja realizada há necessidade de se efetuarem obras de requalificação nas atuais fossas. Referiu-se, ainda, à intervenção na estrada municipal desde Palhais até ao cruzamento com Carapito, e disse, também, que era necessária uma intervenção no caminho da Ponte Nova até aos Montes. ----------

--- No uso da palavra, o Presidente do Município, respondeu ao deputado Mário Gonçalves, dizendo que se encontra prevista uma verba para o saneamento em Vila Franca das Naves. Quanto à Zona Industrial, que confina com a estrada para a Póvoa do Concelho, o projeto está a ser elaborado sendo uma obra arrojada, mas na qual se foca todo o interesse no sentido que avance o mais breve possível. Retomando a questão das condutas de água, sublinhou a sua importância para as várias localidades e referiu que tudo será feito para que o abastecimento domiciliário seja assegurado. Disse também, que o município tem intenção de avançar com a requalificação de um conjunto de escolas primárias e que algumas já têm destino. Quanto aos parques escolares, o Município efetuou uma consulta preliminar a 4 empresas tendo já sido elaborado o caderno de encargos e seguido o convite para essas empresas para a elaboração de projetos para as Escola Secundária, Escola EB 2 e 3 de Trancoso e Escola de Vila Franca das Naves. Em resposta ao presidente de junta da freguesia de Rio de Mel, disse que a ETAR de Rio de Mel é efetivamente uma necessidade, mas não houve ainda, qualquer candidatura que a possa financiar. ----------

--- Relativamente às estradas mencionadas pelo deputado António Pires, considera ser importante a requalificação da estrada referida. No entanto, é necessário definir prioridades em relação ao Orçamento. -

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, para se referir à requalificação do mercado de Vila Franca das Naves. Questionou se estão incluídos no projeto, os sanitários públicos para a Vila. Quanto ao Programa de Requalificação e Resiliência (PRR) no âmbito das três dimensões estruturais: a resiliência, transição climática e transição digital, questionou se existem empreendimentos que estejam inseridos nestas dimensões e quais os programas que os suportam e como vão utiliza-los. ----------

--- No uso da palavra, o Presidente do Município, respondeu ao deputado Mário Gonçalves, que a verba alocada aos procedimentos dos projetos escolares é de 48.000,00€+Iva (quarenta e oito mil euros). Relativamente à requalificação do Largo do Mercado em Vila Franca das Naves, é um compromisso para 2023 e que contempla o arranjo dos sanitários públicos. Quanto à questão do PRR considera ser muito direcionado para a Administração Central e empresas, não tendo grande enquadramento nas Autarquias e não existindo nenhum projeto. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, solicitando esclarecimentos sobre a dotação para a requalificação do Largo do Mercado da Feira em Vila Franca das Naves. Disse que não existindo um projeto de intervenção, não entende como já se encontra orçamentada uma intervenção para o ano 2023.Questiona se é para no final do ano ser retirada a verba (?). ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente, informou que seria para cumprir no ano 2023, estando o projeto a ser

elaborado pela Câmara Municipal. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, referindo não ter ficado esclarecido pois a requalificação do Largo do Mercado em Vila Franca das Naves consta do Orçamento. Pretende saber se a requalificação se vai realizar em 2023. ----------

--- No uso da palavra o Presidente do Município, disse que sabe da urgência e necessidade em requalificar o referido espaço sendo efetuada a obra em 2023. ----------

--- Colocado o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com sete votos contra e trinta e dois votos a favor. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, apresentando a declaração de voto em nome da bancada da Coligação Sim, é Possível: "O Orçamento ora apresentado pelo Executivo Municipal relativamente ao ano de 2023, apresenta na ótica do Grupo Municipal da Coligação Sim, é Possível, uma estratégia de continuidade, eventualmente condutora a maior estagnação e empobrecimento do concelho e dos seus limites, não preparando o Município - concelho para os desafios do futuro. Na verdade, o Orçamento ora apresentado demonstra falta de ambição, falta de vontade e falta de visão do futuro. Não se vislumbra em tal documento uma estratégia e um plano de atuação prospetivo e inovador, coerente e orientado relativamente aos desafios do futuro, antes à semelhança do último documento da mesma natureza há navegação à vista. Assim num período de pós-pandemia, justificava-se um Orçamento, obviamente, assente nas necessidades sociais das populações do concelho, mas sobretudo um Orçamento orientado para potenciar o desenvolvimento económico do concelho de Trancoso. Por tudo isto, mas sobretudo pela falta de estratégia de desenvolvimento integrado para o Município de Trancoso, o grupo municipal da Coligação Sim, é Possível, vota contra tal Orçamento." ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Carlos Saldanha, apresentando a declaração de voto em nome da bancada do PS: "É num contexto de grande incerteza, com os custos contingentes de uma pandemia avassaladora e perante os enormes desafios, de uma invasão bárbara e inqualificável a um estado soberano, sob proposta do Executivo, discussão e votação desta assembleia, que foram sindicados os documentos provisionais do Município, apresentados para o ano económico de 2023. E como se não bastasse, a tudo isto, sobrepõe-se uma excessiva dependência da Europa face ao petróleo e gás da Rússia, a somar-se a uma inflação, hoje a rondar ainda os dois dígitos e a um aumento das taxas de juros, que tendo por objetivo ajudar a serenar essa mesma inflação, se traduzem numa sobrecarga no crédito às famílias e empresas. Saúda-se o rigor e a acautelada contenção das tentadoras matrizes despesistas, para fazer face a este cenário negro, assim como o alinhamento estratégico com o governo central, em ordem a aproveitar-se o financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência, com execução prevista até 2026, assente em três dimensões estruturantes, a saber, Resiliência, Transição Climática e Transição Digital. Isto, sem descurar o cuidado para com o sufragado, pelos eleitores do Município de Trancoso, assente nos pilares do bem-estar, da economia e da cultura. No alinhamento destes três pilares destacamos as seguintes medidas: Desde logo as medidas de política fiscal de manutenção da taxa mínima de IMI e da sua redução em função do número de dependentes do agregado familiar; O prescindir da totalidade do valor do IRS (5%); O reforço

do diálogo com a ULS da Guarda, procurando um melhor posicionamento do município nos cuidados médicos e de enfermagem prestados à sua população; A manutenção da gratuitidade dos transportes escolares; A requalificação das infraestruturas escolares em Vila Franca e Trancoso; Os apoios aos agregados familiares mas necessitados, mormente ao nível das condições de habitação; As medidas de proteção do ambiente e apoio financeiro às quatro equipas de Intervenção Permanente, junto dos bombeiros de Vila Franca das Naves e Trancoso; A continuidade no investimento na manutenção e repavimentação das estradas, arruamentos municipais e reabilitação do património histórico; A requalificação do edifício dos Paços do Concelho, da Igreja de Santa Marinha e zona envolvente, centro interpretativo da Necrópole em Moreira de Rei, o projeto do Palácio Ducal e a Musealização do Castelo de Trancoso; A aposta na promoção dos mercados semanais, das feiras e dos principais eventos culturais que promovem a excelência dos nossos produtos endógenos, com especial e digno destaque à feira de São Bartolomeu, que em 2023, comemora 750 anos de existência; O apoio financeiro a todas as Juntas de Freguesia do concelho de Trancoso, Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, Comissões Fabriqueiras, sem esquecer as IPSS do concelho e as Corporações de Bombeiros de Vila Franca da Naves e Trancoso, entre outras. Trata-se de um Orçamento ambicioso com um total de receitas e despesas de mais de dezoito milhões de euros, em que a receita corrente supera a despesa corrente num valor aproximado de dois milhões de euros, sendo que a dívida resultante de empréstimos bancários se situará abaixo dos três milhões de euros, na eventualidade de não serem contratados novos empréstimos. Não deixamos, no entanto, de atentar, com particular acuidade, para uma solução final da Paceteg, SA., como pesada herança para o município criada em 2009, isto, apesar de hoje, o município ter outra capacidade de endividamento. A resiliência demonstrada pelo Executivo municipal, permite abrir boas perspetivas quanto ao futuro imediato, pese embora o mais recente e imprevisível contexto de uma hedionda guerra na Europa. Pelo que fica exposto a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2023.” ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis**. ----------

--- No uso da palavra, o Presidente do Município, informou que a prestação de serviços de recolha de sólidos urbanos no concelho, irá terminar no dia 30/04/2023.Tratou-se de um contrato público com duração de 3 anos, feito com a empresa Resur. Decorre, então, a necessidade de lançar um novo concurso público com duração de 36 meses e que responda com melhores condições de higiene e salubridade, à população, melhores circuitos de recolha, que reforce a sua atividade em épocas sazonais, que seja eficaz na reposição, desinfeção e manutenção de contentores e promova ações de sensibilização ambiental. O Presidente do Município referiu que tem de ser lançado o procedimento concursal o mais breve possível tendo o valor base de 18.600,00€ (dezoito mil e seiscentos euros) por mês e um custo total para 36 meses de 669.600,00€ (seiscentos e sessenta e nove mil e seiscentos euros).Tratando-se de uma despesa plurianual prevê-se que a sua fragmentação ocorra do seguinte modo: 8 meses em 2023 com um custo de 148.800,00€ (cento e quarenta e oito mil e oitocentos euros), 12 meses de 2024 com um custo de 223.200,00€ (duzentos e vinte e três mil e duzentos euros), 12 meses de 2025 com um custo de 223.200,00€ (duzentos e vinte e três mil e

duzentos euros) e 4 meses de 2026 com um custo de 74.400,00€ (setenta e quatro mil e quatrocentos euros). --- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, referindo-se ao processo n.º 506/14.4BCPB, no Tribunal Administrativo de Castelo Branco, que opunha a empresa Resur e o Município de Trancoso. Disse tratar-se de uma ação interposta pela Resur no ano 2014, reclamando ao Município de Trancoso, o pagamento de 112.451,74€ (cento e doze mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta e quatro cêntimos). O Município contestou a ação entendendo que não devia pagar o referido valor. Todavia, existe um acordo de transação, no âmbito do processo, no valor de 165.000,00€ (cento e sessenta e cinco mil euros). Pergunta o deputado, se é verdade o proferido, se houve ou não, lugar à efetivação dessa transação judicial. Se o Município não tivesse contestado a ação, não despenderia de mais de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) do erário municipal. O deputado salientou, ainda, que as ações devem ser contestadas com o intuito de se arranjar uma posição negocial a fim de se efetuar uma redução nos custos daquilo que é solicitado. Requereu uma explicação para o acréscimo de custos. ----------

--- Em resposta o Presidente de Câmara, informou que a situação da Resur se arrasta há muitos anos, pois o primeiro pedido foi a 11/06/2014, solicitando o pagamento de 194.426,22€ (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis euros e vinte e dois cêntimos), reportado aos anos 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, levando a que houvesse uma contestação por parte do Município, visto o anterior Executivo não ter pago nenhum fatura desde 2005 a 2009 por existir endividamento. Entre 2009 a 2013, o endividamento estava no limite e também não foram pagas nenhumas faturas obrigando as empresas a recorrer à via judicial e apresentado uma nova ação no valor de 112.451,74€ (cento e doze mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta e quatro cêntimos). Conseguiu-se alguma abertura por parte da empresa para as negociações, mas os valores das faturas e os juros importavam na quantia de 184.530,00€ (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta euros). O atual Executivo conseguiu resolver a situação apesar de existir uma diferença de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e com o compromisso de se proceder ao seu pagamento até ao final do ano, no valor de 100.000,00€ (cem mil euros) e o restante no mês de abril. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mantendo o pedido de esclarecimento pois a questão colocada não tem a ver com os anos das dividas, mas com o facto de ter sido interposta uma ação em que era solicitado o pagamento do valor de 112.451,74€ (cento e doze mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta e quatro cêntimos), sem juros. Caso o Município não tivesse contestado era condenado ao pagamento deste valor mais os juros vicentes, mas não pagando taxas de justiça. Se tivesse sido condenado poupava dinheiro. A questão é porque é que o Município contestou quando no final, acabou por não obter diminuição do quantitativo ou o que quer que fosse. ----------

--- No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que os juros foram pagos parcialmente tendo havido por parte da Câmara, uma poupança de 19.300,00€ (dezanove mil e trezentos euros), relativamente aos 184.530,00€ (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta euros), que era o capital de juros que teriam de ser pagos. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, solicitando esclarecimento sobre qual foi efetivamente, o valor peticionado na ação e se esse valor já incluía os juros. ----------

--- O Presidente da Mesa, informou que este assunto não é o que está a ser tratado neste ponto da ordem de trabalhos. Referiu que foi tolerante e aceitou que o deputado, João Caramelo, recolocasse a sua questão, porém, o assunto é: "Análise, discussão e votação de proposta relativa à assunção de compromissos plurianuais relacionados com a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos". Não havendo mais questões em relação ao ponto seis o mesmo foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto sete**. ----------

--- No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que em 18/10/2022, se realizou uma Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios de Vale do Côa, composta por 9 municípios, comunicando que esta Associação já não exerce qualquer atividade desde 2014, tendo-se esgotado o fim específico da constituição da mesma. Não é detentora de quaisquer passivos ou ativos, não dispõe de qualquer património sendo assim, possível, a sua liquidação imediata. Apesar da inatividade o Tribunal de Contas continua a exigir o cumprimento das obrigações legais conduzindo o seu incumprimento à corresponsabilidade dos associados. O Presidente referiu que já ocorreu a cessação oficiosa da atividade da mencionada Associação, em sede de IVA e IRC, por determinação da Autoridade Tributária com efeitos a partir de 31/12/2019. Colocado o assunto à votação pelo Presidente da Mesa, o mesmo foi aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto oito**. ----------

--- No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que a Câmara tem procurado continuar a apoiar, de acordo com as suas disponibilidades financeiras, as juntas de freguesia do concelho reconhecendo a importância do seu papel na promoção do bem-estar e qualidade de vida das suas populações. Propõe-se atribuir às juntas de freguesia de Castanheira, Cogula, Fiães, Granja, Guilheiro, Moimentinha, Moreira de Rei, Palhais, Póvoa do Concelho, Rio de Mel, Valdujo, União das Freguesias de Freches e Torres, União das Freguesias de Trancoso e Souto Maior, União das Freguesias de Vila Garcia e Vale do Seixo, União das Freguesas de Vila Franca das Naves e Feital e União das Freguesias de Vilares e Carnicães, um apoio financeiro individual, no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), destinado à execução de pequenas obras a realizar no âmbito das suas competências próprias.----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, referindo que a atribuição de subsídios que os Presidentes de Junta solicitam ao Presidente da Câmara, não seriam necessários se o Executivo do PS tivesse procedido às transferência de competências para as juntas, dispensando-se trazer consecutivamente a esta Assembleia, a atribuição de subsídios de forma proporcional ou desproporcional às juntas, conforme se queira entender. A transferência de competências permite dizer especificamente o que se precisa, onde se precisa e, assim, cumprir efetivamente aquilo que as juntas necessitam. Salientou, porém, que todo o dinheiro atribuído às freguesias é aproveitado da melhor forma. ----------

--- O Presidente da Mesa colocou o assunto do ponto oito da ordem de trabalhos a votação. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Castanheira foi aprovada por unanimidade. ----

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Cogula foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Granja foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Fiães foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Guilheiro foi aprovada por unanimidade. --------

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Moimentinha foi aprovada por unanimidade. ---

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Moreira de Rei foi aprovada por unanimidade.

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Palhais foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Póvoa do Concelho foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Rio de Mel foi aprovada por unanimidade. -----

--- A proposta de atribuição de apoio à junta de freguesia de Valdujo foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à União das Freguesias de Freches e Torres foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à União das Freguesias de Trancoso e Souto Maior foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à União das Freguesias de Vila Garcia e Vale do Seixo foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à União das Freguesas de Vila Franca das Naves e Feital foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A proposta de atribuição de apoio à União das Freguesias de Vilares e Carnicães foi aprovada por unanimidade. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público.** ----------

--- Não se registaram intervenções. ----------

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa, lamentou ter tido o esquecimento de invocar a memória de um grande amigo, autarca desta terra, que prestou grandes contributos nesta Assembleia, autarquia e sociedade civil, o Dr. António Manuel de Oliveira. Solicitou um minuto de silêncio pela morte e memória do autarca de grande mérito, Dr. António Manuel de Oliveira. ----------

--- Seguidamente lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas e que foi aprovada por unanimidade dos membros da Assembleia assinada pela respetiva Mesa para que produza efeitos imediatos. ----------

--- O Presidente da Mesa da Assembleia endereçou Votos de Boas Festas a todos os membros da Assembleia, desejando que todas as sessões continuem a pautar-se pela grande elevação e combate político saudáveis. Informou que recebeu um email da Câmara Municipal informando que “no final da sessão da próxima Assembleia Municipal de 16/12/2022, irá ter lugar um coffee break de Natal, com bolo rei e sardinha doce”. ----------

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário